

INFELIZMENTE, NÃO ACABOU!

Por Samuel Costa Filho*

O capitalismo contemporâneo consumou a mundialização do capital sob o predomínio financeiro e rentista. Nesse novo mundo em que os mercados financeiros operam com total soberania, sem nenhuma regulação e com pouca tributação, os teóricos das finanças desenvolveram a crença de que a Ciência Econômica Financeira Moderna tinha tudo sob controle. Os Economistas Financeiros disseminaram a ideia da “Hipótese do Mercado Eficiente”, em que os mercados financeiros apresentam a capacidade de estabelecer com precisão o preço dos ativos baseados apenas nas informações disponíveis no mercado.

Conforme Paul Krugman (2009), nos anos 1980, um economista da Escola de Administração de Harvard, Michael Jensen, defendeu a tese de que, devido ao fato de os mercados financeiros sempre acertarem ao definir os preços dos ativos, o melhor que os gestores corporativos poderiam fazer, no sentido de melhorar a economia, era procurar maximizar o preço de suas ações. Nessa linha, cada vez mais a teoria econômica hegemônica passou a estimular os fluxos financeiros e a conceber e defender o desenvolvimento da economia na linha especulativa do “cassino” financeiro.

Ainda, conforme Krugman (2009), um Modelo de Precificação de Ativos Financeiros foi desenvolvido, mostrando que o investidor, ao buscar um equilíbrio racional entre retorno e risco, propiciava-se fazer sua escolha de portfólio, determinando os preços dos títulos e derivativos financeiros e generalizando a crença no princípio da impossibilidade de formação de bolhas financeiras nesse mercado.

A elegância e a aparente utilidade dessa “nova” teoria econômica propiciou a premiação de uma sequência de prêmios Nobel a diversos dos seus criadores, além do que, muitos professores de Administração se tornaram funcionários de *Wall Street*, recebendo elevadas remunerações.

O sistema financeiro internacional expandiu-se, aprofundando a financeirização da acumulação de capital, e o mercado bancário intencional cresceu, baseado não somente nas funções clássicas dos bancos, mas desenvolvendo funções complexas e específicas de um mercado financeiro diversificado

de “serviços” e negócios, que aumentou e ampliou as fontes de lucros dessas instituições. Uma complexa gama de mecanismo das operações financeiras passou a fazer parte das operações das instituições bancárias, na forma de operações de *leasing*, operações de consórcio, operações de seguros, de atividades na bolsa de valores, na Bolsa de Mercadoria & Futuros (BM&F), operações de câmbio, nas atividades de exportações e importações, nas operações de previdência complementar, nas operações com os fundos de pensões etc. (KLIASS, 2010).

Assentados em um rigor formal, o saber convencional procurou dar um aspecto de cientificidade às suas teorias e garantiu o sucesso dos modelos em defesa do mercado financeiro, encantando muitos economistas, muito embora esses modelos não tratassem da realidade dos fatos e, muito menos, abordassem os contextos específicos, apresentando, antes de tudo, um reducionismo estéril na explicação e compreensão dos fenômenos econômicos.

Os pressupostos monista e individualista da teoria padrão que levou à explicação dos mercados financeiros eficientes, como a todo saber convencional, mascara a realidade, objetiva apenas assegurar o poder regenerador do mercado e assegurar a sua capacidade de corrigir os desequilíbrios, conduzindo o sistema capitalista a uma situação de máximo bem-estar, assentado em características metodológicas de formalismo reducionista e anti-intervencionista (AFFONSO, 2003).

Acontece que esta abstração que a teoria hegemônica utiliza está apoiada em supostos extremamente restritivos, mas altamente importantes para justificar a “Nova Ordem” econômica, social e política da globalização financeira. Defende o livre mercado e a democracia política como requisitos recíprocos dessa nova ordem. Incorpora na sua análise a ênfase na conduta individual racional maximizadora individual. O individualismo e egoísmo são dínamos do comportamento da sociedade, concebendo, assim, os indivíduos como os únicos responsáveis finais pela determinação da ação privada e da ação coletiva, desconsiderando os aspectos políticos e sociais.

Diferentemente do apregoado por seus ideólogos, o mercado financeiro mostrou-se incapaz de garantir endogenamente o equilíbrio e demonstrou que a sua apregoada eficiência não passava de uma fantasia. Assim, esta lógica de funcionamento do capital não apresenta mercado eficiente, não é equilibrado e muito menos sabe avaliar os riscos com perfeita racionalidade. No contexto de globalização financeira, a aplicação das políticas econômicas liberais nos últimos trinta anos elevou ainda mais a instabilidade do sistema e provocou diversas crises nos países da periferia desse sistema; crises financeiras consecutivas, com aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

Semelhante ao acontecido nos anos que antecederam a crise de 1929, hodiernamente, o liberalismo desenfreado contribui novamente para uma grave crise nos países desenvolvidos. Diante desta crise, novamente as forças autodestrutivas e autofágicas do mercado mostraram não ter mais condições de garantir a reprodução do sistema capitalista, que, deixado à própria sorte, corria risco de provocar uma grave depressão, devido à criação da riqueza fictícia não encontrar mais respaldo na economia real.

Então, os neoliberais, adeptos e defensores do reinado do mercado e da democracia liberal, não tiveram alternativa e, sem ação, ridiculamente, apelaram para a política de socialização dos prejuízos, utilizando o dinheiro público como medida para debelar e combater o surgimento de uma depressão econômica, com o propósito de salvar o capitalismo, ou o mercado, de seus próprios males. Nesta realidade, ganharam relevância as políticas de estabilização, diante dos limites que a propriedade privada dos meios de produção e o mercado colocaram para o processo de alocação dos recursos pela sociedade capitalista. Um ano após a grande crise de 2008, a possibilidade de uma nova política de estabilização permanente do capitalismo parece que está na moda.

O norte-americano Ian Bremmer acaba de publicar um livro intitulado "O Fim do Livre Mercado", defendendo a tese de que o capitalismo de estado será uma marca da geopolítica pós-crise financeira. Bremmer (2010) pondera sobre desde os limites do modelo liberal vigente às quebras de 2008 e afirma que governantes que usam politicamente as empresas estatais ganham tanto econômica quanto politicamente, o que incentiva o

desenvolvimento de sociedades menos livres e afeta a atração e as políticas das multinacionais.

Em meio a esta realidade pós-crise, novamente, as Ciências Econômicas parecem mostrar que a macroeconomia keynesiana apresentou uma resposta adequada e exata para combater o aprofundamento de uma depressão. Os governos e bancos centrais demonstraram que podem vencer a batalha da queda da atividade econômica utilizando as armas da política monetária (manipulação das taxas de reservas legais, da taxa de redesconto e das operações de mercado aberto) e da política fiscal (gasto público e impostos) para evitar a quebra dos grandes bancos e outros conglomerados empresariais, segurar a queda do nível de atividade, limitar o encolhimento da renda nacional e o aumento do desemprego.

As mudanças conjunturais e as variações e melhoras de alguns indicadores já fazem os profissionais da ortodoxia e os consultores de mercado afirmar que a crise do capitalismo acabou. Acontece que estes economistas da dita escola **científica**, jamais se notabilizaram pelo sucesso de suas prescrições e muito menos no que diz respeito aos acertos nas suas previsões. Convém ainda lembrar que o paradigma ortodoxo dominante defensor do livre mercado caiu novamente no ridículo, fruto do naufrágio das suas políticas em todos os países nos quais foi aplicado e até no principal país desenvolvido difusor dessas ideias ridículas, ou seja, nos Estados Unidos da América (EUA), sob o domínio dos ultraliberais e dos falcões republicanos.

Estes economistas ortodoxos se consideram os únicos economistas **científicos**, representando e possuindo o conhecimento do caminho correto através do qual todos os acontecimentos econômicos devem ser observados. A adoção dos argumentos e das suposições contidas na economia ortodoxa condiciona por completo a maneira como o economista convencional interpreta os fatos econômicos sem entender que estes fatos representam apenas um mero reflexo, direto e/ou indireto, do funcionamento do modo de produção capitalista.

Dado que os economistas do *mainstream* não vivem num vácuo, não são autônomos, tendem, portanto, a ser afetados pela ideologia burguesa, sendo falsa e mistificação a ideia difundida pela teoria ortodoxa de ser uma Ciência Econômica isenta de valores, que apresenta uma atitude neutra e imparcial - trata-se do chamado Mito da

Economia Positiva. É do conhecimento geral que nas Ciências Sociais as teorias apresentam divergências relativas a métodos, hipóteses e procedimentos de pesquisa. Suas teorias lidam com interesses econômicos, políticos e sociais de classes e grupos sociais, de modo que não existe formulação neutra, asséptica ou desinteressada (NORE; GREEN, 1979).

Na verdade, o paradigma hegemônico representa apenas o ponto de vista e a visão global burguesa. Utiliza um método que serve unicamente de proteção para os cientistas e consultores operar e examinar os problemas econômicos dentro desse determinado ponto de vista metodológico e filosófico, ou seja, do ponto de vista da moral burguesa. Ao desconsiderar as contradições e os interesses constitutivos de uma sociedade capitalista, essa teoria retrata somente uma determinada posição de interesses: a das classes sociais dominantes - econômica, social e política.

Desse modo, os profissionais da economia predominante forçam e levam a sociedade a refletir compreendendo somente a ideologia burguesa (eficiência, eficácia, competitividade, produtividade, livre mercado, racionalidade, utilidade, concorrência, propriedade privada, individualismo etc.). Assim, não é surpresa que o método da teoria burguesa revela uma elevada incapacidade de entender e relatar a realidade de crise. Respaldados por uma simplificação grosseira, os economistas da ortodoxia procuram demonstrar que a natureza e o objetivo do sistema capitalista são produzir para atender a satisfação do consumo, viver sempre um crescimento permanente da atividade econômica e em nível de pleno emprego.

Assentadas na famosa Lei dos Mercados, de Say, a teoria ortodoxa afirma não poder haver carência de demanda numa economia capitalista, o que significa ser impossível uma baixa na atividade econômica, a não ser por meio de imperfeições que impeçam a operação do sistema de preços - é a rigidez dos preços que impede o mercado livre de funcionar corretamente. No caso atual de crise da economia capitalista, essa teoria é incapaz de não somente explicar a crise, mas também de oferecer soluções baseadas no seu paradigma que não seja as que agravem ainda mais a crise. Colhida de roldão (a teoria), seus defensores foram pegos de surpresa, sendo incapazes de explicar essa situação e, conseqüentemente, entender esta crise. Este fato decorre do modo como os

economistas liberais ortodoxos explicam a natureza das flutuações econômicas no capitalismo.

Embora o estudo das flutuações econômicas tenha sido uma das áreas mais influenciadas pelos fatos do mundo real, o método da ortodoxia de tratar a teoria das flutuações econômicas demonstra, muito bem, a limitação da Ciência Econômica **predominante**. O saber convencional se relaciona com os fatos da vida econômica de modo insatisfatório, muito embora tenha crescido a parafarnália de técnicas econômicas e o emprego dos instrumentos da análise estatística, matemática e da econometria no acompanhamento conjuntural pela ortodoxia. Mesmo assim, seus profissionais continuam, cada vez mais, incapazes de prever os principais movimentos da economia capitalista. Afinal de contas, tratam da aparência do sistema capitalista, nada mais.

Para a ortodoxia, os ciclos econômicos, de modo geral, não representam uma característica das economias capitalistas. Os economistas liberais tratam as crises como produto de circunstâncias especiais, não se constituindo aspecto fundamental do próprio funcionamento de uma economia de livre-empresa, ou seja, para os liberais, as crises, a recessão e a depressão são devidas a circunstâncias especiais e não se constituem aspectos básicos e algo inerente ao funcionamento do sistema capitalista. O saber convencional, frequentemente, apela para o uso de teorias de choques externos a fim de explicar as flutuações do sistema e, assim, justificar a ideia de que as flutuações econômicas não são naturais ao capitalismo.

As teorias ortodoxas alternativas muito pouco diferem da explicação ortodoxa e também não explicam muito mais do que a ortodoxia. Encontramos explicações de elaboração de teorias de ciclos econômicos da síntese neoclássica keynesiana apresentando uma explicação endógena ao sistema capitalista utilizando a interação entre **multiplicador** (mudança da renda depende da mudança do investimento) e **acelerador** (mudança do investimento depende da renda). Milton Friedman atribui a instabilidade das economias de livre mercado aos erros da política monetária adotada pelos bancos centrais. Joseph Schumpeter elaborou uma explicação teórica que resulta da conjunção e coincidências das fases descendentes dos ciclos de Kondratief (cinquenta anos ou mais), Juglar (aproximadamente dez anos)

e Kitchin (quarenta meses, em média). Contudo, a influência de todas essas teorias sobre a ideologia burguesa e sobre a formulação da política econômica tem sido insignificante (NORE; GREEN, 1979).

Keynes procurou explicar o desenvolvimento da crise devido à baixa do investimento em consequência do súbito colapso da taxa de retorno esperada dos investimentos, levando a uma **onda de pessimismo** no sistema capitalista. Em síntese, trata-se de uma explicação basicamente de ordem psicológica e que pode ter numerosas causas. Essas ondas de otimismo e pessimismo existentes entre os capitalistas fazem o sistema apresentar alta e baixa da atividade econômica (KEYNES, 1983). Trata-se metodologicamente de uma explicação equivalente a da ortodoxia, pois aqui também aparece como um fator externo ao próprio capitalismo.

A história do capitalismo mostra que nos países desenvolvidos como na Grã-Bretanha, nos EUA e na Alemanha ocorreram várias recessões econômicas até à Primeira Guerra Mundial. A curta alta do pós-Primeira Guerra foi seguida pela mais profunda e generalizada queda do nível de atividade econômica que o mundo capitalista jamais havia conhecido: a denominada Grande Depressão, que marcou os anos 1930. Este período de grande depressão foi o mais longo, mais profundo e mais generalizado de queda no nível de atividade econômica da história do capitalismo, quando economia importante alguma ficou imune a ela. Foi John Maynard Keynes quem formulou a explicação e o remédio para a crise do mundo do pós-Segunda Guerra. Os governos capitalistas assimilaram essas lições e colocaram em prática até a crise dos anos 1970.

A política do rearmamento - que foi a única circunstância capaz de restabelecer o pleno emprego - e o ano de 1945 assinalaram o fim de um período de quarenta anos de instabilidade no mundo capitalista. Parecia, enfim, que as perspectivas de prosperidade contínua do capitalismo haviam se tornado realidade. Durante cerca de trinta anos, as economias capitalistas comportaram-se de maneira sem precedentes na história, apresentando um crescimento da produção mais rápido, mais geral e mais longo que qualquer outro período comparável da história do capitalismo. A política econômica de civilizar o capitalismo funcionou e se constituiu em antídoto à radicalização dos movimentos sociais; e, na

periferia, foi até capaz de propiciar a participação popular.

O artifício ideológico da teoria ortodoxa de estudar as questões políticas econômicas e sociológicas separadas e independentes uma das outras mantém o raciocínio do economista ortodoxo dentro do contexto econômico burguês, restringindo a natureza e a estrutura do raciocínio econômico. Por este fato, não foi difícil, na crise iniciada em 1975, o retrocesso e retorno do domínio da ortodoxia liberal com a revolução novo-clássica das expectativas racionais, levando ao abandono e execração das políticas keynesianas.

Não abordando as questões fundamentais do capitalismo, essa nova roupagem da ortodoxia continua apresentando as deficiências e as fraquezas teóricas anteriores. Os novos defensores da economia de mercado, apoiados em princípios abstratos e descontextualizados historicamente, acreditaram na beleza e potência das suas teorias subjacentes na sua própria retórica, que apresenta resultados que decorrem estritamente da imposição das suas premissas.

No que diz respeito às explicações dos ciclos econômicos, os novo-clássicos continuaram a construir análises exógenas de choques financeiros e choques reais. A irrelevância empírica dos seus conceitos permaneceu fragilmente encoberta na questão metodológica friedmaniana do **como se**, que supõe que, embora assentados em suposições absurdas, os economistas do *mainstream* agem **como se** as suposições fossem verdadeiras. Respaldados em uma débil aparelhagem explicativa do funcionamento do capitalismo, jogaram novamente para debaixo do tapete os pontos essenciais do funcionamento do sistema burguês e continuaram incapazes de explicar a atividade econômica do mundo capitalista. Estudaram a aparência, nada mais.

Esta perspectiva decorre do método da teoria burguesa, que, consciente ou inconscientemente, procura e objetiva autojustificar a superioridade do sistema capitalista. Essa é sua essência. Baseado em um raciocínio sobre o indivíduo autônomo, procura obscurecer a natureza espoliativa do capital. Dessa forma, a chamada Ciência Econômica serve de ideologia apologética do capitalismo. Representa uma mistificação que tem a função de reduzir as possibilidades e os desejos de mudanças em uma sociedade dominada pelo capital (PAULO NETTO; BRAZ, 2006).

Acontece que é da natureza do capital flutuar.

A instabilidade é inerente ao sistema capitalista. Esta essência é encontrada nos trabalhos do sempre combatido, depreciado e descartado Karl Marx, o qual o capitalismo teima em ressuscitar. A essência do capitalismo revela (1) ser o mais dinâmico e pujante modo de produção já criado pelo homem e (2) que essa elevada flexibilidade não impede as crises, que são inevitáveis e inerentes ao capitalismo. Entretanto, são estas crises que criam as condições para reanimação do sistema e para um novo auge (MARX, 1980).

Dessa forma, esse sistema, após resolver suas contradições, em algum momento, sempre volta a apresentar crescimento, quer seja em determinada área ou em termo global. Mesmo em crise, o capitalismo nunca **para**. Embora em diferentes ritmos, apresenta situações e indicadores divergentes, ora positivos ora negativos. Trata-se de um sistema com elevada dinâmica. A crise é um processo e o capital uma contradição em processo.

No **pós-crise**, esta dinâmica e os dados conjunturais não possibilitam afirmar que a crise já acabou. Conforme observa José Carlos de Assis, em artigo "O capitalismo no ponto de maturação (e o Brasil nele)", de janeiro de 2010, é impossível desvendar as perspectivas futuras da recuperação do capitalismo se não compreendermos a natureza peculiar e a gravidade da crise financeira por que passa o capitalismo. E o processo e desenrolar desta crise são diferentes das anteriores. Ela já quebrou grandes corporações, como a maior seguradora do mundo (American International Group - AIG). Levou ainda à estatização de grandes bancos americanos (Bank of America e Citigroup) e até de algumas de suas maiores corporações (GM e Chrysler). O mesmo ocorreu com diversos bancos privados europeus, na Inglaterra, na Alemanha, por exemplo, e em diferentes países da Europa e da Ásia, de modo que a crise é grave e não acabou, vai apresentar ainda várias fases e está longe do fim. É da sua essência.

Neste contexto, é cedo, muito cedo para afirmar que a crise do capital financeiro chegou ao fim, acabou, ou que o pior já passou. A recuperação do capitalismo em escala global, conduzida pelos países da Ásia é débil e geograficamente variável. Não é suficiente para criar uma dinâmica global consistente. Pairam no ar ameaças de bolhas financeiras e crises de dívidas públicas em vários países desenvolvidos, principalmente da Europa. Predomina um baixo nível de investimento e um

persistente desemprego. A lógica do capital financeiro não foi eliminada. O sistema de regulação e ações a respeito aos lucros dos bancos não sofreu restrição, nem ocorreram mudanças significativas no funcionamento e regulação do sistema econômico mundial de dominância de capital especulativo rentista. Além do que, a lógica virtuosa dos EUA (consumo) e da China (produção e crédito) está desgastada.

Também não ocorreu uma recuperação sustentável da economia capitalista. São muitos os problemas ainda existentes e os países desenvolvidos apresentam uma divisão clara de pensamento sobre a melhor forma de atuação nesse período denominado pela ortodoxia de pós-crise global. A posição dos EUA privilegia a retomada da atividade econômica e defende a continuidade dos incentivos ao crescimento econômico sem descuidar de um ajuste gradual das contas do setor público. O objetivo americano é não errar na dose do remédio e matar o paciente, e não de curá-lo. Por outro lado, os países europeus, liderados pela Alemanha, defendem uma ação de combate aos *deficits* públicos.

A maior parcela do aumento do endividamento do setor público foi fruto e consequência das medidas de socorro ao setor financeiro e, devido à gravidade da crise, decorreu ainda da queda de arrecadação do setor público. Os gastos públicos realizados pelo estado para viabilizar o processo de acumulação de capital e, sobretudo, com esta política de socialização do prejuízo, com objetivo de salvar o **mercado**, faz o próprio mercado cobrar seu preço. Portanto, as elevadas dívidas públicas em favor do capital são apresentadas ao grande público como medidas decorrentes da política e do processo de legitimação **populista** do estado de bem-estar social. Neste contexto, cortar os gastos públicos equilibra; e conter gasto social representa um aparente ajuste fiscal para atender aos interesses do capital financeiro internacional, dentro das precondições ditadas pela ortodoxia.

Todavia, a implementação das medidas de ajuste fiscal e de controle orçamentário deverá comprometer o, ainda frágil, crescimento econômico global pós-crise. O ajuste fiscal ortodoxo muito rígido sempre causa mais prejuízo do que benefício para a atividade econômica, ainda mais quando esta economia está lutando para sair da crise. A redução nos gastos públicos e a eliminação dos estímulos à atividade econômica somente são recomendáveis quando a recuperação

da economia já estiver consolidada (OLIVEIRA, 2010). Esta política é também adequada em caso de aquecimento da economia, de bolha ou de aceleração inflacionária. No momento atual, tenderá a provocar mais problemas, como uma nova retração da atividade econômica, aumento do desemprego, queda da arrecadação fiscal, novo aumento do *deficit* do setor público, o que fará a população arcar com sofrimento, dor e lágrimas o atendimento pelo estado das demandas do setor financeiro.

A história da década perdida no Brasil e as experiências dos países que aplicaram o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao longo das últimas décadas mostram que ocorreram aprofundamentos da recessão nos países submetidos às recomendações de fortes ajustes fiscais recomendados por esta instituição. É bom lembrar que a recente crise já tem levado os habitantes dos principais países desenvolvidos a ter que conviver com situações vexatórias e problemas comuns pelos quais passam os indivíduos que vivem nos países capitalistas subdesenvolvidos, como desemprego recorde, endividamento crescente, redução de padrão e nível de vida e queda no consumo.

Na Grécia, as prescrições das fracassadas e conservadoras políticas econômicas do FMI objetivam apenas atender aos mercados financeiros e irá aprofundar a crise à custa da devastação social e da miséria humana. Os governos europeus não apresentam alternativas reais à versão neoliberal de capitalismo por eles construídos, com o euro sendo usado como instrumento de disciplina salarial e social. Dessa forma, os planos de austeridade, que procuram elevar a competitividade, estão sendo implementados visando rebaixar salários e reduzir encargos. Representam programas de grande violência e somente irão endurecer os traços regressivos dessas sociedades, à custa das condições de vida dos trabalhadores e dos desfavorecidos (HUSSON, 2010).

Começa a pairar no ar uma ameaça à paz social nos EUA. A tensão social e as divergências entre os países-membros passam a ser ameaças à organização da União Europeia. Mesmo após se gastar trilhões de dólares para salvar os conglomerados financeiros, os custos da crise do capitalismo nos países em desenvolvimento já levaram a que 53 milhões de pessoas passassem a viver abaixo da linha da pobreza e que mais de

100 milhões se juntassem às filas das pessoas que passam fome no mundo. A crise da dívida na Grécia e a situação dos outros estados (não somente os PIIGS – acrônimo para Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) que apresentam *deficits* e gastos elevados para salvar ou financiar o capital pairam como uma nova ameaça nesse processo de desenvolvimento da crise na zona do euro, indicando desdobramento da crise e sua continuidade em várias partes da economia mundial.

Depois dessa breve recuperação, o medo de uma nova recessão volta a rondar a economia dos EUA. Na economia americana, o mercado imobiliário continua frágil, os efeitos dos estímulos fiscais do ano passado estão se dissipando. Os EUA apresentam uma retomada de crescimento mais lenta do que o alardeado pela ortodoxia. Recentemente, o prêmio Nobel Paul Krugman (2010) escreveu sobre a possibilidade de outra recessão e não descarta que já estejamos no início de uma forte depressão. A consequência mais provável é que o processo de desenvolvimento desta crise irá durar ainda bastante tempo. A recuperação nos próximos anos será lenta e os economistas ortodoxos, os propagandistas do mercado financeiro, os especialistas, os consultores e os analistas do curto prazo (análise de conjuntura) continuam a não entender muita coisa do funcionamento de uma economia capitalista, suas contradições e tendências de movimento do capital. Os estudos da economia devem levar em conta o desenvolvimento do processo. Infelizmente, a crise não acabou! O processo está em movimento ●

Referências

AFFONSO, R. B. A. *O Federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX: um balanço crítico*. 2003. 281 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ASSIS, J. C. O capitalismo no ponto de maturação (e o Brasil nele). *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ e Sindecon-RJ, jan. 2010.

BREMMER, I. *The end of the free market: who wins the war between States and corporations?* New York: Portfolio, 2010.

HUSSON, M. *Crise na Europa: quais as respostas progressivas?* Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16799>. Acesso em: 25 jul. 2010.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1983.

KLIASS, P. Spread bancário: escândalo nacional. *Carta Maior* [online], Análise & Opinião, 13 jul. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4705>. Acesso em: 13 jul. 2010.

KRUGMAN, P. Como puderam os economistas errar tanto? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Aliás, B 8-9, p. 2, domingo, 06 set. 2009.

KRUGMAN, P. Receio que estejamos no início de uma forte depressão. *Terra Magazine*, 28 jun. 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O14529518-E112928,00Receio+que+estejamos+no+inicio+de+uma+forte+depressao.html>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NORE, P.; GREEN, F. *A economia: um antitexto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

OLIVEIRA, F. A. *Economia e política das finanças públicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

* Professor Adjunto do DECON-UFPI, Mestre em Economia/CAEN-UFC, Doutorando em Políticas Públicas/UFPI-UFMA.

O BRASIL DE VOLTA AOS TRILHOS

Por Antonio Carlos de Andrade*

Quem teve tempo e paciência para ler as edições da revista Exame n. 972 e 975 - cujas chamadas de capa são "Consumo, a força que move a economia" e "A Superpetrobras", respectivamente - e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, divulgada no mês de setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - pesquisa que vem sendo realizada anualmente desde 1999, que procura medir os principais indicadores da evolução econômica e social dos lares brasileiros - acaba ficando com a impressão de que se trata de mais um enredo de escola de samba, no qual se misturou a história do Brasil; como no Samba do Crioulo Doido, de autoria de Sérgio Porto (1923-1968), que ficou conhecido por Stanislaw Ponte Preta. Aqui o que vai se misturar são os índices socioeconômicos que vão de excelente, comparáveis a países desenvolvidos, a péssimos, tais quais os da África Subsaariana.

Um observador menos desavisado, que se debruce sobre os índices da economia brasileira, pode notar a existência de áreas onde o crescimento chega perto dos chineses e indianos, em setores que apresentam níveis de renda de países ricos, cujo bem-estar social superam àqueles. Entretanto, esse mesmo observador, pode constatar que o Brasil ainda é um país de miseráveis, com muitas etapas a serem vencidas na busca do desenvolvimento, principalmente pelo

número de pessoas ainda vivendo em condições péssimas de vida, onde a tábua de salvação ainda é o programa Bolsa Família, que em 2010 atende perto de 50 milhões de pessoas.

O Brasil que dá certo e se parece com os países ricos é aquele que, atualmente, produz e vende internamente mais de três milhões de automóveis, colocando-se entre os dez maiores produtores mundiais de carros. Em 2010, a indústria automobilística brasileira espera bater novamente o recorde do ano passado, cuja demanda foi de certa forma mascarada com a redução de imposto pelo governo federal.

O crescimento do consumo no País tem uma explicação: o crédito, que neste ano vem mudando o seu perfil. O crédito concedido a pessoas físicas superou o concedido a pessoas jurídicas, em maio de 2010, e segue *pari passu* até julho. Em 2000, de um montante de aproximadamente 188 bilhões de reais, cerca de 66 bilhões de reais eram destinados às pessoas físicas e 122 às pessoas jurídicas, já em maio de 2010, 501 bilhões de reais foram destinados às pessoas físicas e 499 às empresas (em junho, cerca de 506 e 511 bilhões de reais; em julho, aproximadamente 511 e 513 bilhões de reais, respectivamente, pessoas físicas e jurídicas), segundo a série histórica do Banco Central do Brasil (BACEN) (2010).

Somente nos cinco primeiros meses de 2010, 183 bilhões de reais se destinaram a empréstimo